



FABIO BETIOLI CONTEL*
MANOLITA CORREIA LIMA**

ASPECTOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR:
origem e destino dos estudantes estrangeiros no mundo atual

ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing
INTERNEXT – Negócios Internacionais
Rua Dr. Álvaro Alvim, 123 – Vila Mariana
CEP: 04018-010 – São Paulo – SP
internext@espm.br

* ESPM - SP

** ESPM – SP



Artigo apresentado no IV CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESPM, 25, 26 e 27 de julho 2007.

RESUMO

O presente texto aborda a internacionalização do ensino superior no atual período histórico, e procura se deter com mais vagar na descrição das principais características da mobilidade estudantil internacional. A liberalização do comércio global de serviços tem também afetado os sistemas nacionais de educação, no sentido de uma crescente privatização e comercialização dos bens e serviços educacionais, na maior parte dos países do centro e da periferia da economia-mundo. Esta nova realidade se reflete nos fluxos mundiais de estudantes. A maior parte deles se dirige a cinco principais países (EUA, Reino Unido, Alemanha, França e Austrália), que vêem o número de matrículas de alunos de outras nacionalidades aumentarem sensivelmente, principalmente nesta última década. Esta mobilidade internacional dos estudantes, ao contrário do que preconizam os apologistas da atual internacionalização, beneficia apenas alguns territórios, além de se revestir de características regionais específicas, que nos permitem falar na formação de uma “geopolítica do conhecimento”.

Palavras-Chave: Internacionalização. Ensino Superior. Mobilidade Estudantil. Geopolítica do Conhecimento

ABSTRACT

This article aims to understand the internationalization of the higher educational process in the contemporary historical period, and tends to analyze carefully the main characteristics of the students' international mobility. The liberalization of the international trade has also influenced the national systems of education, by permitting more and more the growth of the privatization and commercialization of the educational goods and services, in most of the peripheral countries of the world-system. This new reality has consequences to the students' international flows. Most of them go to five main countries (United States, United Kingdom, Germany, France and Australia), in which the number of the foreign enrollments have grown significantly, mainly in the last decade. This international mobility of the students, in opposition of what the apologists of the internationalization process use to say, brings benefits only to few territories; beside this, the supposed internationalization process has, itself, regional specific characteristics that allow us to think about a geopolitics of knowledge”

Keywords: Internationalization. Higher Education. Student Mobility. Geopolitics of knowledge.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos num período histórico em que a necessidade de conhecer as coisas ganhou nova significação. Os lugares que vivemos estão cercados por objetos técnicos de toda sorte, que demandam dos atores uma série de procedimentos, condutas e regras de manuseio mais sofisticadas. Desde a leitura da bula dos remédios, passando pelas atividades

profissionais de cada cidadão, até o “simples” manuseio de um computador, todas as ações do cotidiano requerem dos seres humanos uma racionalidade maior, ou um *estoque de conhecimento* mais robusto e sofisticado, do ponto de vista técnico.

Esta é, na verdade, uma das tônicas do funcionamento da sociedade atual, denominada por Peter Drucker (1969) como a “sociedade do conhecimento”. Para o autor, “o conhecimento é cada vez mais, o fator-chave do poderio econômico internacional de um país”(DRUCKER, 1969:298). Países com um sistema educacional maduro (acessível e concatenado com o período histórico) podem preparar suas populações para os desafios que a modernidade os impõe.

Não é por outro motivo também que autores como Jean-Jacques Servan-Schreiber (1967) e Theodore Schultz (1987) vêm chamando a atenção para a importância do “capital humano” na sociedade contemporânea, isto é, o “investimento nas pessoas e nos conhecimentos”(SCHULTZ, 1987:169). André Gorz (2005:16) é ainda mais enfático ao afirmar que “o conhecimento (*knowledge*) é considerado como a ‘força produtiva principal’”, do atual “capitalismo cognitivo”.

Por um lado, este novo estágio da humanidade permite nos aproximarmos – em tese – de um mundo mais voltado para as reais vicissitudes dos seres humanos em sua inteireza: suas necessidades de alimentação, de habitação, vestuário, mas também de trabalho, cultura etc. Em uma palavra: a atual sociedade do conhecimento poderia permitir a difusão efetiva da cidadania em todos os rincões do mundo. Nas palavras do geógrafo Milton Santos (2000), com o atual estágio de desenvolvimento das técnicas, poderíamos estar mais perto de uma “outra globalização”, e da formação de uma verdadeira “consciência universal”.

O funcionamento concreto da sociedade do conhecimento, porém, não tem caminhado para este mundo melhor, mais cidadão. Apesar de termos colocado no centro do atual dinamismo econômico (e político) a produção do conhecimento, sua difusão não tem mostrado uma distribuição equilibrada, muito menos uma utilização verdadeiramente “republicana” das formas de saber que são produzidas atualmente. Ao contrário, as instituições de ensino superior têm em grande parte trabalhado cada vez mais para uma utilização privada do conhecimento, com diminuição expressiva daquilo que Sheila Slaughter (1988) denominou “liberdade acadêmica”. Estudando o caso dos Estados Unidos, a autora lembra que os professores, passam cada vez mais a agir “não como cidadãos exercendo sua

liberdade civil, mas como *experts* oferecendo conhecimento baseado na ciência (“*science-based knowledge*”), para empresas, o próprio governo, e a indústria armamentista norte-americana (SLAUGHTER, 1988:253).

Além destas mudanças ligadas à “privatização” cada vez maior do conhecimento que é produzido nas Universidades (DIAS, 2003; LEHER e LUCAS, 2001), parecem estar ocorrendo mudanças na atratividade que determinadas Universidades e sistemas nacionais de ensino exercem sobre os países da periferia da economia-mundo. Os fluxos de estudantes que realizam sua formação no exterior aumentam em ritmos constantes, e certas regiões do planeta conseguem polarizar com mais vigor estes fluxos.

O desequilíbrio aumenta, e não o contrário. A concentração dos melhores “ativos” no campo do conhecimento vem se somar às demais concentrações já conhecidas, como as do poder militar, das sedes das empresas multinacionais (poder econômico) etc. Por mais que alguns países – outrora mais desamparados – tenham conseguido incorporar melhorias em termos de suas necessidades mais básicas (ligadas à habitação, alimentação, vestuário), as variáveis-chave da “sociedade do conhecimento” (educação universal de qualidade em todos os níveis de ensino, acesso às técnicas de ensino e aprendizagem mais modernas, democratização dos veículos de produção de informações) não têm ainda uma difusão verdadeiramente universal no mundo, principalmente nos países periféricos.

2 APRESENTAÇÃO JUSTIFICADA DOS RECURSOS METODOLÓGICOS

O presente texto tem por objetivo traçar algumas das características destes circuitos da sociedade do conhecimento, com especial ênfase ao processo de “internacionalização do ensino superior”. Para a consecução deste objetivo, procedemos em direção a uma pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental procurou se valer das informações sistematizadas (principalmente informações de caráter estatístico) em sítios de instituições de reconhecido valor internacional: a) a *Organization for Economic Cooperation and Development* (OECD), sediada em Genebra; e b) o *International Institute for Education* (IIE), sediado nos Estados Unidos. Ambas têm servido para uma quantidade considerável de importantes pesquisadores do tema (ADLUNG, 2005; CZINKOTA, 2005; KNIGHT, 2003; KRITZ, 2006; ÖZDEN, 2006; SARAVIA e MIRANDA, 2004; SAUVÉ,

2002; VEUILLET, 2005) realizar os levantamentos empíricos que dão base para suas análises teóricas.

Selecionamos especificamente a variável “mobilidade estudantil internacional” como norteadora do argumento. Dividimos o texto em três principais partes: na primeira, apresentamos alguns aspectos do atual processo de internacionalização do ensino superior no mundo. *Ensuite*, uma apresentação de dados empíricos sobre a mobilidade estudantil no mundo, no que diz respeito aos principais destinos destes fluxos. Por fim, também em função da facilidade de acesso a materiais estatísticos, é descrito com mais vagar alguns aspectos das origens dos estudantes estrangeiros no mundo atual.

Vale destacar ainda que, com relação ao material bibliográfico, foi possível identificar dois conjuntos de autores, ao menos no que diz respeito a sua abordagem ao que se convencionou chamar de “internacionalização do ensino superior”: a) há autores claramente *apologéticos* da forma “privatista” e “economicista” da internacionalização (como parece ser o caso de: SAUVÉ, 2002; KNIGHT, 2003; KRITZ, 2006; ÖZDEN, 2006); e b) autores que adotam uma perspectiva mais *crítica*, mais cidadã, e que vêem na atual internacionalização uma perda expressiva do sentido público que o oferecimento de bens e serviços educacionais devem ter (CHAUÍ, 2002; SANTOS e SILVEIRA, 2000; SIQUEIRA, 2004; LUCAS e LEHER, 2001; LIMA, 2006a; 2006b; 2007). O presente texto procura adotar a perspectiva interpretativa desta segunda categoria de autores.

3 NOVAS DIMENSÕES DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A chamada “internacionalização do ensino superior” não é um tema novo, mas as características que o fenômeno tomou nestes últimos dez ou quinze anos pedem que alguns novos balizamentos teóricos e empíricos sejam estabelecidos. Novos tipos de fluxos, políticas de caráter global para o setor, investimentos externos diretos de Universidades, são exemplos desta nova realidade. Parece ter aumentado também a influência de Estados do centro da economia-mundo – como é o caso principalmente dos Estados Unidos – nas economias periféricas, no que diz respeito ao provimento de bens e serviços educacionais. Esta influência não é nova, como atestam autores como Irving Horowitz (1969), Peter Bell (1971), e Moniz

Bandeira (1978), para o caso brasileiro. Esta influência, porém, parece ter ganhado maior amplitude nestes últimos anos.

Atores e processos surgem nesta fase de desenvolvimento das nações, especialmente atores e processos ligados aos circuitos de bens, pessoas e informações no nível da educação superior. Novas quantias em recursos financeiros são movimentadas pela ação das grandes instituições de ensino, e a influência antes exercida pelos Estados nacionais é agora completada pela força dos organismos multilaterais de regulação do sistema internacional (como a ONU, a OMC, os organismos financeiros – FMI, Banco Mundial etc.) (LIMA, 2006a; 2006b).

No que tange especificamente aos fluxos de pessoas, informações e recursos universitários, quais seriam as vantagens, e quais as desvantagens ligadas ao processo de internacionalização do ensino superior? Que argumentos jogam “contra” e quais pesam “a favor” do processo? Para Jane Knight (2003), são pelo menos 10 os principais fatores pelos quais podemos falar que a internacionalização do ensino superior é um dado positivo do atual período da globalização:

- 1) Maior mobilidade dos estudantes e professores, assim como a maior troca cultural permitida;
- 2) Aumenta a colaboração internacional nos processos de docência e pesquisa;
- 3) São incrementados os padrões de qualidade acadêmicos;
- 4) Há maior cooperação entre os atores;
- 5) Os currículos são aprimorados;
- 6) Os padrões de entendimento do mundo adquirem caráter “intercultural”;
- 7) São diversificadas as faculdades e os estudantes que freqüentam os cursos;
- 8) Questões de integração continental passam a constar na pauta das instituições de ensino superior;
- 9) Aumentam os índices de recrutamento de estudantes estrangeiros nos países hospedeiros;
- 10) São diversificadas as fontes de geração de renda dos países;

Estas são, segundo Jane Knight (2003), as razões pelas quais a internacionalização do ensino superior no mundo seria um processo não só exequível, como desejável. De fato, uma série nova de possibilidades de cooperação e integração se abre nesta fase da história da

humanidade, em função da nova realidade dos circuitos do ensino superior no mundo. Exemplos não faltam.

O programa *ERASMUS*, consolidado na União Européia, é talvez um caso bastante emblemático das vantagens trazidas pela internacionalização do ensino superior. Através dele, todos os alunos do ensino superior na União Européia podem pleitear a realização de parte de seus estudos universitários fora de seu país de origem, mas dentro da União. Entre os principais objetivos do programa (voltado exclusivamente para os alunos do ensino superior), podem ser destacados três: a) aumentar a cooperação entre os estabelecimentos de ensino universitário na Europa; b) catalisar a mobilidade estudantil, para consolidar uma “dimensão européia” da educação; c) melhorar o processo de reconhecimento acadêmico dos diplomas (a “acreditação”), assim como dos demais procedimentos legais e acadêmicos (UNL, 2007).

Além do ERASMUS, podem ser lembradas também a formação de “redes de pesquisa”, nas áreas de biotecnologia, de estudos do meio ambiente – entre outros temas. São todos dados novos da atual realidade da internacionalização do ensino superior. Através do incremento das tecnologias de comunicação (que permitem que os pesquisadores trabalhem cada vez mais “em rede”) e dos sistemas de transporte (que facilitam o deslocamento nacional e internacional de alunos e professores), é catalisada a formação das chamadas “equipes de pesquisa” (BUNGE, 1980; 1987), de forma coesa, sistemática, perfazendo verdadeiros “sistemas nacionais de inovação”(NELSON, 1993)¹.

O próprio crescimento do número de alunos estrangeiros pode ser considerado como um indicativo fiel desta possibilidade de “contatos interculturais”, e de aumento da solidariedade entre estudantes, professores e sistemas de ensino, no atual período histórico.

Tabela 1- Evolução Mundial do Número de Alunos Estrangeiros Matriculados no Ensino Superior (em milhares, 1975-2004)

	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Número de alunos	600	800	900	1.200	1.300	1.900	2.700
Taxa de	-	1975/80	1980/85	1985/90	1990/95	1995/2000	2000/05

¹ Tanto o filósofo argentino Mario Bunge (1980; 1987), quando Amitai Etzioni (1966) lembram que o “sucesso” dos grupos de pesquisa nos países em que estão instalados depende em grande parte de uma coordenação nacional de suas atividades. No caso dos EUA – descrito por Etzioni (1966:470 e ss.) – o Estado acaba por se comportar tanto como *fomentador* (“supporter”) como *cliente* dos esforços nacionais de pesquisa e desenvolvimento (P & D). Ambos insistem que esta coordenação em nível nacional é que confere o “caráter sistêmico” que os grupos e institutos de pesquisa devem ter, para sua eficiência. Para uma visão atualizada da importância destes “sistemas nacionais” de pesquisa, ver Nelson (1993).

crescimento (%)		33,3	12,5	33,3	8,3	46,1	42,1
-----------------	--	------	------	------	-----	------	------

Fonte: *OECD. Education at a Glance (2006)*

Os números não são desprezíveis. Tanto em termos brutos, como em termos relativos, a atual mobilidade estudantil é um fenômeno mundial expressivo, como já notaram, entre outros, M. Veulliet (2005), Mary Kritz (2006). Em termos brutos, vemos que de 1975 até 2005, os estoques de alunos fora de seus países de origem cresceram 4,5 vezes. Em termos relativos, vale destacar que nos últimos dez anos houve sensível aceleração deste tipo de fluxo no espaço global: entre 1995 e 2005 o número mais que dobrou, sendo que nos últimos cinco anos aumentou em cerca de 800 milhões os estudantes estrangeiros no mundo.

Este é um breve quadro que permite fazer uma primeira aproximação do tema do presente artigo: quais são as especificidades do atual processo de internacionalização do ensino superior no mundo? Há de fato aspectos positivos nesta internacionalização, como preconiza Jane Knight (2003), Mary Kritz (2005), entre outros. Mas, como nota por exemplo Martin Carnoy, olhando de forma mais abrangente para a atual “mundialização da educação”, há uma série de problemas relacionados à perda de controle – nos países mais pobres – sobre seus sistemas de ensino superior. Em função da força que adquirem os atores multilaterais, assim como as próprias IES’s dos países ricos, soluções como a privatização das IES’s nos países periféricos, abertura dos mercados de educação para IES’s do centro da economia-mundo, são cada vez mais comuns. Estas “soluções”, por sua vez, muitas vezes pioram a qualidade e a acessibilidade do ensino superior nos países em desenvolvimento, e aumentam o êxodo de estudantes para as instituições de ensino superior dos países do centro da economia-mundo.

Antes de desmembrarmos a questão, incorporando uma análise mais detalhada das origens e destinos da mobilidade estudantil internacional, pareceu-nos útil delimitar com mais precisão o escopo da análise, definindo quais os principais subuniversos desta internacionalização, de acordo com o que a própria bibliografia do tema nos sugeriu. Teríamos assim, como quadro mais geral do processo de internacionalização, os seguintes atores e processos principais:

Classificação Segundo o GATS ²	Tipo de Mobilidade Geográfica	Exemplos
Consumo do serviço no exterior	Migração de estudantes	Cursos de língua fora do país de origem; cursos de graduação e pós-graduação
Prestação do serviço no exterior	Migração de acadêmicos (professores, técnicos pesquisadores)	Presença de pessoas físicas de um país para a execução do serviço em outro território
Oferta transfronteiriça do serviço (<i>Cross-border supply</i>)	Mobilidade de programas de ensino	Educação à distância; aplicação de testes e sistemas de avaliação ³
Presença comercial	Mobilidade da Instituição Prestadora	Instalação de campi; (<i>branch-campus</i>), joint-ventures com instituições locais; franquias

Quadro 1 - Os Quatro Tipos de Internacionalização da Educação Superior

Fonte: Elaboração própria a partir de WTO (1998), Adlung (2005), Siqueira (2004) e Czinkota (2005).

O que se pode depreender do Quadro 1, num primeiro momento, é que são quatro as principais formas de “internacionalização” dos bens e dos serviços educacionais no mundo atual; a cada forma de prestação do serviço, corresponde uma maneira de serem mobilizados os atores envolvidos (as pessoas e as instituições de ensino, basicamente).

Há também uma característica geográfica própria para cada tipo de atividade descrita. Como mostra estudo de Pierre Sauvé, pode ser assim dividida essa “topologia”, indicada na tabela:

1) Consumo do serviço no exterior: significa o suprimento de um serviço “no território de um membro para o consumo de qualquer outro membro” do GATS (SAUVÉ, 2002:7/8); este tipo de suprimento se assemelha bastante ao turismo e as viagens de negócio, por parte do consumidor dos serviços;

2) Prestação do serviço no exterior: também descrito como “movimentação de pessoas”, este suprimento se caracteriza pela existência de um provedor de serviço proveniente de um membro, através da presença física deste provedor “no território de

² O GATS, como veremos a seguir, é a sigla em inglês do Acordo Geral sobre Comércio em Serviços (*General Agreement on Trade and Services*). De maneira sucinta, podemos dizer que o GATS funciona a partir de três “componentes” principais: a) ele obedece um conjunto de regras que desenham as obrigações a serem seguidas pelos atores envolvidos no comércio dos bens e serviços; b) este conjunto de regras possui partes específicas, para cada setor comercial, como os transportes aéreos, serviços financeiros, telecomunicações etc.; e c) o terceiro componente consiste nas “listas de obrigações”, que detalham os compromissos de liberalização de cada membro da Organização do Comércio Mundial (OMC). Ver Sauvé (2002).

³ Pierre Sauvé (2002:7) desdobra ainda em mais exemplos, no caso da prestação de serviços transfronteiriços. A regulamentação do GATS prevê seu suprimento através da chamada “educação à distância”, das “instituições de educação virtual”, dos “softwares educacionais”, e dos “treinamentos corporativos através da utilização de tecnologias da informação e comunicação”.

qualquer outro membro”(SAUVÉ, *op. cit.*:8); este tipo de provimento é comparável às migrações temporárias, ou às viagens de negócios por parte do provedor de serviços;

3) Oferta transfronteiriça dos serviços: significa o provimento de um serviço “do território de um membro para o território de qualquer outro membro”(ibid:8); pode-se dizer, assim, que o “serviço viaja”, mas tanto o provedor quanto o consumidor permanecem em seus respectivos territórios. Este tipo de prestação de serviços se assemelha muito à exportação de um bem ou mercadoria qualquer;

4) Presença comercial: neste caso, o suprimento ocorre “por um provedor do serviço de um membro, através da presença comercial no território de qualquer outro membro”(id ibid:8); a presença comercial é descrita também pela literatura da economia internacional e da geografia econômica através do conceito de *investimento externo direto* (MICHALET, 1983; ANDREFF, 2000)

A partir deste quadro analítico, podemos nos perguntar: quais os países que se inserem mais ativamente na atual divisão do trabalho universitário no mundo? Quais os países que não têm uma inserção tão ativa? Os fluxos internacionais de estudantes se dão de forma aleatória, como entendem Jane Knight (2003) e Mary Kritz (2006), ou seguem determinadas direções, ou “polarizações geográficas”? Todas as instituições de ensino superior no mundo se credenciam para a prestação de serviços em terceiros países?

A evolução da mobilidade internacional dos estudantes universitários: quais as principais áreas de atração de alunos?

A atual divisão internacional do trabalho, com a crescente especialização das tarefas realizadas por cada país, é muito mais complicada, e seus fluxos são mais robustos. Não só a mobilidade estudantil é pronunciada, mas também a circulação de bens, mercadorias, informações e pessoas em geral é que tiveram um crescimento pronunciado.

Atentando para o avanço nas técnicas de transporte, é possível entender parte das causas desta maior mobilidade dos fatores que permitem a atual divisão internacional do trabalho. Se pensarmos nos transportes aéreos (responsáveis pela maior parte dos deslocamentos de professores, pesquisadores, estudantes nesta escala global), vemos que as

condições de transportabilidade foram bastante incrementadas. Se em 1930 as aeronaves mais modernas podiam transportar em média 20 passageiros em velocidade próxima aos 250km/h, em 1950 elas passam a fazê-lo com uma média de 100 passageiros por aeronave, desenvolvendo cerca de 500 km/h. Já na década de 1970 (padrão que se mantém ainda hoje), os aviões mais modernos transportam cerca de 400 passageiros, a 900 km/h (MERLIN, 1991:27 a 31)

Este é apenas um exemplo de como foi tornado possível o processo de “globalização” em geral, e também o processo específico de internacionalização do ensino superior no mundo. As técnicas de transporte rodoviário, ferroviário, assim como as tecnologias da comunicação são outros elementos da constituição atual dos territórios que permitiram “materialmente” essa enorme mobilidade dos fluxos de pessoas, bens e informações atualmente⁴.

Conforme mostrou a Tabela 1 deste texto, houve sensível incremento da emigração de estudantes no nível superior, recentemente. Quais são os países que mais se beneficiam desta mobilidade? Como evoluiu, nos últimos anos, a concentração dos fluxos globais de estudantes? A Tabela 2 abaixo nos dá uma medida mais aproximada deste processo.

Tabela 2 - Evolução do Número de Estudantes Estrangeiros Matriculados em Instituições de Ensino Superior – Países Selecionados (1990-2004)

	1990	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Est. Unidos	407.529	490.933	514.723	547.867	582.996	586.323	572.509
Reino Unido	80.000	209.550	209.513	222.936	225.722	227.273	255.233
Alemanha	107.000	171.151	178.195	187.033	199.132	219.039	240.619
França	136.000	148.000	130.952	137.085	147.402	165.437	221.567
Austrália	14.000	109.437	117.485	105.764	120.987	116.236	135.683
China	-	43.000	51.600	61.881	85.829	78.000	110.844
Japão	41.347	51.298	55.755	64.011	78.812	95.550	109.508
Rússia	-	-	41.210	64.103	64.103	70.735	68.602
Canadá	35.000	32.890	35.543	40.033	45.315	52.235	61.303
Espanha	10.000	29.000	32.954	40.689	39.944	44.860	53.639

⁴No caso da ferroviação, por exemplo, a média de capacidade de transporte das locomotivas que era de cerca de 100 t (no final do século XIX) passa para 10.000 t na década de 1950; as velocidades médias desenvolvidas, passam de 40km/h a 250 km/h; a rede ferroviária mundial de cerca de 30.000 km em 1850 cresce para nada menos que 1.250.000 km após a Segunda Guerra (MERLIN, 1991). Crescimento semelhante das capacidades de transporte são passíveis de serem vistas nos demais modais de transporte, assim como nas tecnologias de comunicação (MATELLART, 1994).

Bélgica	27.000	-	36.136	38.799	38.150	40.384	41.856
Itália	21.000	23.206	23.496	24.929	29.228	28.447	36.137
Suíça	23.000	24.344	25.258	26.003	27.765	29.301	32.847
Áustria	18.000	28.447	29.819	30.382	31.682	28.452	31.101
Malásia	-	-	3.128	3.508	18.892	16.480	27.731
Nova Zelândia	-	5.912	6.900	8.210	11.069	17.709	26.359
Suécia		12.579	19.567	20.805	26.304	22.859	25.523
Líbano	-	-	3.128	3.508	18.892	16.480	20.531
Holanda	9.000	-	13.619	14.012	16.589	18.888	20.531
Dinamarca	7.000	11.022	12.325	12.871	12.547	14.480	18.120
Coréia do Sul	1.989	5.326	6.279	6.160	11.646	12.314	16.832
Jordânia	3.000	-	-	12.155	-	4.363	15.816
Turquia	8.000	18.662	19.816	17.654	16.656	16.328	15.719
Rep. Tcheca	-	4.074	4.583	5.698	7.750	9.753	12.474
Hungria	-	6.636	8.869	9.904	11.242	11.783	12.226
Arábia Saudita	-	-	6.086	7.561	-	-	11.046
Irlanda	-	6.904	7.183	7.413	8.207	9.206	10.201
Taiwan	5.900	5.109	6.616	7.524	6.380	7.331	7.814
Índia	-	-	-	5.323	6.988	8.145	7.738
Cuba	-	3.740	6.169	8.626	10.700	17.215	-
Ucrânia	-	18.312	-	12.880	17.210	18.710	-

Fonte: UNESCO e OECD *apud* Kritz, Mary (2006:49)

Alguns dados chamam a atenção, principalmente no que diz respeito aos estoques atuais de estudantes estrangeiros no mundo. Sua localização é bastante concentrada, e os ritmos de crescimento de certas áreas polarizadoras destes fluxos parecem indicar que o processo de concentração não parece diminuir.

Em primeiro lugar, soberanamente, se encontram os Estados Unidos, como principal território hospedeiro dos estudantes internacionais no mundo. Seu estoque de 572.509 alunos é maior do que a própria soma dos dois outros países mais importantes na recepção destes fluxos (o Reino Unido com seus 255.233, e a Alemanha que possui 240.619 dos totais). Se tomarmos os totais de estudantes estrangeiros no mundo como parâmetro (são 2.651.144 segundo a OECD – ver Tabela 3), os EUA polarizam nada menos que 21,6% dos totais de alunos de terceiro grau emigrados no mundo.

Nesta “divisão do trabalho universitária” mundial, encontraríamos um conjunto de países de segunda ordem de importância, em termos de estudantes estrangeiros: Reino Unido (9,6% dos estudantes estrangeiros), Alemanha (9,1%) e França (8,3%); todos abrigam em

torno de 250.000 alunos em seus territórios atualmente. Em terceiro lugar, como países de forte polarização destes contingentes estudantis, estariam também três nações: Austrália (com cerca de 5,1% dos emigrados), China (4,2%) e Japão (4,1%). Juntas, estas três macro-regiões – EUA, Europa Ocidental e Leste Asiático/Austrália, configuram a área de destino de nada menos que 1.646.003 estudantes estrangeiros, ou seja: cerca de 62% dos totais mundiais.

Não só a análise dos dados atuais traz elementos interessantes para o entendimento da atual geografia da mobilidade internacional dos estudantes de terceiro grau. Também sua evolução recente é indicativa de que certas áreas são mais dinâmicas que outras, ou que ao menos conseguiram aumentar seus estoques de estudantes estrangeiros em proporções e velocidade maiores.

Este é certamente o caso de todos os países do que poderíamos chamar da “bacia do Pacífico”, isto é, os territórios localizados na Ásia de Leste e na Oceania. O crescimento mais impressionante é o da Austrália. De um total de 14.000 estudantes recebidos em 1990, o país passa a abrigar nada menos que 135.683 em 2004. Um crescimento de impressionantes 869% no período. Do 11º lugar num “ranking” de polarização mundial de estudantes, a Austrália passa ao 5º posto, em menos de 15 anos (Tabela 2).

Números expressivos, mas de menor proporção, são encontrados também para o Japão, China e Nova Zelândia, países da mesma “bacia”. Os dois primeiros aumentam em quase 100% o número de alunos estrangeiros abrigados. Para o período de 1999 até 2004, a China vê estes valores serem aumentados em 157%, enquanto o Japão alcança um incremento de 113%. Ainda nesta parcela do globo terrestre, o crescimento de dois outros países chama a atenção do pesquisador:

- a) a Nova Zelândia, que apesar de concentrar uma quantidade menor de alunos estrangeiros em seu território (em termos brutos), conheceu também crescimento significativo: nos cinco anos contemplados (1999 até 2004), foi de 349% o aumento do contingente;
- b) a Malásia conhece incremento realmente expressivo de sua polarização: dos 3.128 alunos que recebia em 2000, passa a abrigar 27.731 em 2004; um crescimento, portanto, de 786%. Do modesto 27º lugar que ocupava no ranking em 2000, passa a figurar como 15º país mais importante, em termos de estoques de alunos estrangeiros em seu território.

Estes são alguns dos dados que chamam a atenção na Tabela 2, e que nos ajudam a nos aproximar do entendimento do *sentido* atual destes fluxos de estudantes. Para Mary Kritz (2006), este crescimento dos números da Oceania e do Leste Asiático é em grande parte reflexo das próprias iniciativas institucionais ou estatais, deliberadas nos países da região para a atração dos estudantes. Segundo a autora, “os governos da Austrália, China e Japão, de fato, encorajam suas universidades para recrutar alunos estrangeiros e provê-los com generoso suporte com bolsas, facilidades de visto para alunos estrangeiros, e, no caso da China e Japão, chegam mesmo a organizar programas de educação em nível superior em língua inglesa”(KRITZ, 2006:20).

Na Europa Ocidental, vale ressaltar ainda, o crescimento dos índices de recepção de emigrados estudantis não é comparável com este dinamismo da “Bacia do Pacífico” (apesar de serem maiores os números, em termos brutos). Entre 1999 e 2004, o maior índice de crescimento foi o da França, com 49,7% de aumento, seguida pela Alemanha, com 40,5% de crescimento, e depois pelo Reino Unido, com seus 21,8%.

Estes dados nos dão uma primeira aproximação de quais são as nações que mais se destacam no processo de divisão das tarefas de produção do conhecimento/fornecimento de serviços educacionais no mundo atual. Esta mobilidade dos estudantes, lembra-nos Jane Knight (2003), faz com que cada vez mais as instituições de ensino superior dos países-líderes se especializem no recebimento destes fluxos, já que a mobilidade estudantil é – até os dias atuais – a forma mais banalizada de internacionalização do ensino superior, em comparação com as demais formas descritas no Quadro 1. Para a autora (KNIGHT, 2003:15), “o movimento de pessoas” é visto como mais importante que o “movimento de programas”, da “importação/exportação comercial” e do “estabelecimento de campi avançados” (*branch campuses*).

A análise dos dados estatísticos da OCDE (2006a; 2006b), mas principalmente do *International Institute for Education* (IEE, 2005a, 2005b, 2006) permite também uma melhor definição de quais são os principais países que fornecem estudantes a estes pólos mundiais de prestação de serviços de ensino superior.

Quadro atual da origem dos estudantes internacionais de terceiro grau: que lógica governa a atratividade dos países?

Uma primeira aproximação empírica sobre o quadro atual da origem de estudantes universitários pôde ser feita através da compilação dos dados estatísticos e documentais disponibilizados pelo *Institute of International Education* (IEE). Ainda que seja uma instituição patrocinada pelos grandes circuitos do poder político e econômico dos Estados Unidos⁵, seu *Atlas da Mobilidade Estudantil* se constitui em rica fonte de números sobre esta movimentação.

O material apresentado neste Atlas permite, em primeiro lugar, estabelecermos um quadro atualizado da atratividade geográfica dos principais países recebedores de estudantes estrangeiros, conforme pudemos fazer também com os dados da OCDE, na primeira parte do texto. Segundo a IEE, no ano de 2006, cerca de 2,5 milhões de estudantes no nível do terceiro grau estudavam fora de seus países. As oito principais destinações destes estudantes foram:

Tabela 3 - Principais Destinos dos Estudantes Estrangeiros (2006)

	No. de Estudantes (aproximado)	%
Estados Unidos	550.000	22
Reino Unido	300.000	12
Alemanha	250.000	10
França	250.000	10
Austrália	175.000	7
China	150.000	6
Japão	125.000	5
Canadá	75.000	3

Fonte: *Institute for International Education. Atlas of Student Mobility. (2005a; 2007).*

Juntos, portanto, os oito países acima descritos polarizam nada menos que 75% de todos os estoques mundiais de estudantes estrangeiros na atualidade. Podem ser considerados,

⁵ O *Institute of International Education* foi fundado em 1919, nos Estados Unidos. Tem sede na cidade de Nova Iorque, com escritórios em todos os continentes (exceto a América do Sul). Tem como patrocinadores entidades como o *Departamento de Estado* dos EUA (“U.S. Department of State”), a *Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional* (U.S. Agency for International Development), *Departamento de Energia* dos EUA (U.S. Department of Energy), o *Banco Mundial*, a *Fundação Ford*, a *GE Foundation*, *Goldman Sachs Foundation*, entre outras. A principal missão do Instituto é a de “promover relações educacionais mais próximas entre o povo dos Estados Unidos e aqueles de outros países” (“Promoting closer educational relations between the people of the United States and those of other countries”). Ver <http://www.iie.org/>.

destarte, como espaços polarizadores dos circuitos globais de movimentação estudantil deste tipo.

Os Estados Unidos são, sem sombra de dúvida, o maior País em termos de atração destes fluxos de estudantes no mundo. Esta situação vem desde ao menos o final da década de 1940, segundo o *Atlas da Mobilidade Estudantil* (2005a). Também no ano de 2006, do total de 14.528.728 estudantes regularmente matriculados no sistema de ensino superior norte-americano, são precisamente 564.766 alunos provenientes de outros países que estudam ali; ou seja, cerca de 3,9% dos totais de alunos matriculados são de outra nacionalidade, estudando nos EUA.

Para nos aproximarmos mais da atual configuração desta polarização, podemos nos perguntar: quais os principais países que atualmente enviam jovens para realizarem seus estudos em solo norte-americano? Os dados relativos a procedência dos alunos matriculados nos EUA mostram a seguinte divisão:

Tabela 4 - Dez Países que mais exportaram estudantes para os Estados Unidos até 2005/06

	No. de alunos	%
Índia	76.243	13,5
China	62.689	11,1
Coréia do Sul	58.735	10,4
Japão	38.968	6,9
Canadá	28.238	5,0
Taiwan	27.673	4,9
México	14.119	2,5
Turquia	11.860	2,1
Alemanha	9.036	1,6
Tailândia	9.036	1,6

Fonte: *Institute for International Education. Atlas of Student Mobility.* (2005a; 2007)

Chama a atenção, em primeiro lugar, a porcentagem de estudantes provenientes do continente asiático para os EUA: nada menos que 6 dos 10 países da lista são daquele continente, somando 48,4% dos totais dos estudantes estrangeiros ali matriculados. Somente os quatro primeiros países (Índia, China, Coréia do Sul e Japão) somam 41,9% dos totais, o que corresponderia a 236.636 alunos. Segundo a bibliografia analisada, esta é uma tendência

já antiga (GRUBEL e SCOTT, 1966), mas que ganha contornos mais acentuados atualmente: os engenheiros e matemáticos provenientes dos países do leste asiático muitas vezes são mais qualificados, e aceitam trabalhar por uma remuneração menor em território norte-americano (em comparação com os profissionais locais e/ou da Europa Ocidental) (PEIXOTO, 2001).

Ainda com relação à procedência dos alunos, se em primeiro lugar aparece a Ásia como a principal parcela do planeta que envia estudantes para os EUA, vale frisar que a segunda ordem de importância cabe aos países limítrofes dos EUA: Canadá e México somam 7,5% dos totais de estudantes estrangeiros ali (42.357 alunos). Pareceu-nos importante destacar este padrão, pois ele se repetirá com mais vigor em outros países; vale dizer: a *proximidade geográfica* parece ser um dos elementos que explicam a atratividade de certos países em relação aos fluxos mundiais de estudantes.

O Reino Unido aparece – como tivemos a oportunidade de ver na Tabela 3 – como o segundo principal país polarizador de fluxos de estudantes no mundo. No ano de 2005, eram 344.335 o número de alunos estrangeiros matriculados no ensino superior britânico, número que representa cerca de 21% dos totais mundiais. Em termos relativos às capacidades internas do País, este contingente representa cerca de 14,9% dos totais de alunos matriculados no mesmo ano (2.313.475 estudantes) no Reino Unido. Uma proporção bastante significativa, principalmente se compararmos com os 3,9% dos totais de alunos estrangeiros matriculados nos EUA.

A análise pormenorizada da procedência destes alunos estrangeiros é bastante peculiar, como mostra a Tabela 5:

Tabela 5 - Dez Países que mais exportaram estudantes para o Reino Unido até 2005

	No. de alunos	%
China	53.027	15,4
Estados Unidos	21.348	6,2
Grécia	19.971	5,8
Índia	16.872	4,9
Irlanda	16.528	4,8
França	15.839	4,6
Alemanha	15.839	4,6
Malásia	11.363	3,3
Hong Kong	11.018	3,2
Espanha	8.608	2,5

Fonte: *Institute for International Education. Atlas of Student Mobility. (2005a;2007)*

Também no Reino Unido é o continente asiático o principal responsável pelos altos estoques de estudantes estrangeiros ali; cerca de 26,8% (ou 92.280 alunos) provêm da Ásia, com destaque para os 53.027 estudantes chineses deste total. O segundo responsável pelos estudantes estrangeiros é a própria Europa, já que cerca de 22,3% dos alunos forâneos ali instalados provêm desta península.

O terceiro país em importância global na recepção de estudantes estrangeiros é a Alemanha. No ano de 2005, passou a abrigar nada menos que 246.334 alunos de outras nacionalidades em seu sistema de ensino superior. Este número representa cerca de 12,5% dos totais dos estudantes matriculados em instituições de ensino superior no país. Em 2005, vale frisar, eram 1.963.108 alunos de terceiro grau matriculados no país.

A Tabela 6 mostra a classificação dos principais países emissores de alunos para a Alemanha:

Tabela 6 - Oito Países que Mais Exportaram Estudantes Para a Alemanha até 2005

	No. de alunos	%
China	25.865	10,5
Bulgária	12.563	5,1
Polônia	12.316	5,0
Rússia	9.853	4,0
Marrocos	6.897	2,8
Turquia	6.897	2,8
Ucrânia	6.404	2,6
França	5.173	2,1

Fonte: *Institute for International Education. Atlas of Student Mobility. 2005a.*

Assim como no Reino Unido, a China é o país que – de longe – individualmente mais envia estudantes para a Alemanha. O que importa ainda destacar é o caráter mais regional da atratividade exercida pela Alemanha. Dos países que constam da Tabela 4, seis estão situados na Europa, ou nas bordas do Leste Europeu (Rússia, Bulgária, Ucrânia), somando 21,6% dos totais de estudantes estrangeiros no País. Segundo os dados do *Atlas of Student Mobility*, são na verdade cerca de 53% de estudantes europeus estudando na Alemanha (130.557 alunos).

A França aparece como o quarto mais importante país em termos de atratividade estudantil no nível do terceiro grau. No ano de 2004, a população de estudantes estrangeiros

era de 237.587 indivíduos. Esta cifra representa – assim como para os casos do Reino Unido e da Alemanha, uma participação significativa de estudantes estrangeiros no contexto dos 2.160.300 alunos matriculados nas instituições de ensino superior na França: cerca de 11% dos alunos na França detêm outras nacionalidades.

Duas características, segundo o material documental disponibilizado pelo Atlas da Mobilidade Estudantil, despontam como particularidades do caso francês: a forte presença de alunos das ex-colônias francesas na África, Ásia e Caribe, assim como uma presença ainda mais significativa dos países limítrofes. Segundo o Atlas, “The international student population in France is largely comprised of students from North Africa and other francophone nations, with only two of the leading ten sending countries being neighboring countries in Europe (Germany and Italy)” (INTERNATIONAL INSTITUTE OF EDUCATION, 2005a).

Na Tabela 7 podemos melhor visualizar parte desta realidade descrita:

Tabela 7 - Dez Países que mais exportaram estudantes para a França até 2005

	No. de alunos	%
Marrocos	32.787	13,8
Argélia	22.333	9,4
China	11.404	4,8
Tunísia	9.741	4,1
Senegal	8.315	3,5
Alemanha	6.652	2,8
República dos Camarões	4.989	2,1
Itália	4.751	2,0
Líbano	4.751	2,0
Romênia	4.514	1,9

Fonte: *Institute for International Education. Atlas of Student Mobility. 2005a.*

Salta aos olhos do pesquisador a referida quantidade de estudantes das ex-colônias francesas da região norte da África. Somados, Marrocos, Argélia, Tunísia, República dos Camarões e Senegal representam nada menos que 32,9% dos totais de estrangeiros no sistema de ensino superior francês, ou seja, 78.166 alunos.

As outras duas características mais importantes – conforme já frisado – seriam: a) a importância da presença de alunos chineses também na França; e b) a relevância dos alunos da própria região da Europa Ocidental e Oriental (como é o caso da Alemanha, Itália e Romênia, indicados na Tabela 7).

O sexto país mais importante, em termos de atratividade estudantil, é a Austrália, como já tivemos também a oportunidade de frisar. Representando cerca de 7% dos totais de alunos estudando fora de seu país de origem, o principal país da Oceania tem se destacado na captação destes fluxos, principalmente pela aceleração de seu crescimento recente. Em relação a sua estrutura interna de ensino superior, dos 862.553 alunos matriculados neste nível, 167.954 eram estrangeiros no ano de 2006; portanto, expressivos 19,5% dos totais de alunos universitários são forâneos. Na verdade, a Austrália se constitui, em níveis percentuais, o mais internacionalizado território em termos de estoques de alunos estrangeiros⁶.

Os principais países responsáveis pelo envio de estudantes para a Austrália são:

Tabela 8 - Dez Países que mais exportaram estudantes para a Austrália até 2006

	No. de alunos	%
China	45.347	27,0
Índia	23.849	14,2
Malásia	14.779	8,8
Hong Kong	9.909	5,9
Indonésia	8.565	5,1
Singapura	7.893	4,7
Coréia do Sul	5.542	3,3
Tailândia	4.702	2,8
Taiwan	3.694	2,2
Japão	3.359	2,0

⁶ Segundo os dados do Atlas (2005a), o segundo país mais internacionalizado seria a Suíça: dos 195.947 alunos do terceiro grau do país, cerca de 18,2% (35.705) eram estrangeiros, no ano de 2004.

Fonte: *Institute for International Education. Atlas of Student Mobility. 2005a.*

Excetuando-se a Índia, que se localiza na bacia do Oceano Índico, todos os demais países que mais enviaram estudantes à Austrália estão situados na Bacia do Oceano Pacífico; todos, porém têm a *localização* no continente asiático. Este é talvez o traço distintivo mais significativo da atratividade gerada pelo sistema educacional de terceiro grau australiano. Destaca-se ainda que a China – assim como para boa parte dos países ocidentais já analisados – é a nação que mais enviou estudantes para a Austrália (45.347, como mostra a Tabela 8).

Estas características não passaram despercebidas pela análise do Atlas da Mobilidade Estudantil (INTERNATIONAL INSTITUTE OF EDUCATION, 2005a); conforme o documento,

While Australia is a global player in the international student market, its onshore enrollments have a distinctly regional flavor, with more than 3/4 of its international enrollments coming from Asia. From August 2005 to August 2006, about half (49.0%) of all international student enrolments were in the higher education sector. Enrollments growth recorded for this sector was 5.0% over the same period last year. China and India accounted for 41.2% of all enrollments.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto procurou elencar quais as principais características do atual processo de internacionalização do ensino superior, naquela que possivelmente é uma de suas “variáveis-chave”: a mobilidade estudantil no nível do terceiro grau.

A desenvolvimento do argumento indicou, em primeiro lugar, que há regiões que polarizam fortemente estes importantes fluxos do funcionamento da economia-mundo. Não há, portanto, um equilíbrio nesta distribuição. Não é sustentável a afirmação de Mary Kritz (2006), de que tanto relações “sul-sul”, quanto “norte-sul” balisam em grande parte os fluxos de estudantes: os países da OECD – e em particular os EUA, Reino Unido, Alemanha, França e Austrália – são os grandes beneficiados deste atual processo.

Outro comentário, decorrente deste raciocínio anterior, diz respeito às vantagens “culturais” desta atual mobilidade. Se são facilitados os “contatos inter-culturais” – um dos pontos positivos da internacionalização, segundo Jane Knight (2003) – estes contatos guardam a marca desta “polarização” global. Não é um processo de mão-dupla esta mobilidade estudantil atual, o que nos permite afirmar que o sentido dos fluxos indica muito

mais um processo de *competição* para o controle dos fluxos, do que de *cooperação* entre os países que “doam” e os que “recebem” os alunos. A internacionalização do ensino superior é bem mais *corporativa* do que *republicana* neste sentido.

Uma última e não menos importante consideração pode ser tecida, a partir da interpretação empreendida. O sentido das migrações internacionais de estudantes guarda ainda um *forte componente geográfico*. Os principais países receptores de alunos têm em seus territórios vizinhos parte preponderante de seus alunos estrangeiros. Atualmente há uma proliferação de discursos preconizando o “fim dos territórios” (BADIE, 1995), ou o “fim da geografia” (O’BRIEN, 1995), sendo que atributos como a localização e a situação geográfica dos países parecem manter sua importância, e não o contrário.

O próprio engajamento dos Estados-nacionais dos países do centro, nesta busca pelo aumento da capacidade de atração de seus sistemas de ensino superior, pode ser entendido como uma forma de realce da utilização destes fatores geográficos, e não o contrário. Fazer aumentar a drenagem de alunos universitários para seus territórios tem se tornado uma verdadeira estratégia nacional, de longo prazo, e com conseqüências sensíveis para a divisão internacional do trabalho. Neste sentido, parece-nos legítimo aventar a possibilidade de estarmos vendo surgir uma *geopolítica do conhecimento*, dadas as condições de desenvolvimento da atual internacionalização do ensino superior no mundo globalizado.

5 REFERÊNCIAS

ADLUNG, Rolf. Public services and the GATS. In: **World Trade Organization**. Working Paper ERSD. 3. July, 2005. 29p.

ANDREFF, Wladimir. **Multinacionais Globais**. Bauru: Edusc, 2000.

BADIE, Bertrand. **La Fin des Territoires**. Paris: Fayard, 1995.

BELL, Peter. The Ford Foundation as a Transnational Actor. In: **International Organization** v. 25. n. 3, p. 465-478, 1971.

BERGER, Manfredo. **Educação e Dependência**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

BOVO, José Murari. Universidade e Comunidade. **Avaliação dos Impactos Econômicos e da Prestação de Serviços**. São Paulo: Editora Unesp. 1998.

BUNGE, Mario. **Ciência e Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Itatiaia, 1980.

_____. **Epistemologia**. São Paulo. T.A. Queiroz Editor. 2. ed., 1987.

CARNOY, Martin. Mundialização e reforma na educação. **O que os Planejadores Devem Saber**. Brasília: UNESCO. 2002.

CAVES, Richard. International trade and industrial organization. In: **The Journal of Industrial Economics**. v. 29, n. 2, p. 113-117, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: Unesp, 2002.

CZINKOTA, Michael. Loosening the shackles: the future of global higher education. Paper apresentado em **WTO Symposium on Cross-Border Supply of Services**. Genebra. Abr. 2005. 24p.

DIAS, Marco Antonio R. “Comercialização no ensino superior: é possível manter a idéia de bem público?”. In: **Educação e Sociedade**. v. 24, n. 84, p. 817-838, 2003.

DRUCKER, Peter. Uma era de descontinuidade. Orientações para uma sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 1970.

ESCRAVOS DO INTERCÂMBIO ESTUDANTIL. **Revista Istoé**, n. 1953, abr. 2007.

ETZIONI, Amitai. On the national guidance of science. In: **Administrative Science Quarterly**. v. 10, n. 4, p. 466-487, 1966.

GORZ, André. **O Imaterial. Conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GRUBEL, H. G.; A. D. SCOTT. The Immigration of scientists and engineers to the United States, 1949-61. In: **The Journal of Political Economy**. v. 74, n. 4, p. 368-378.1966.

HOROWITZ, Irving L. **Ascensão e Queda do Projeto Camelot**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1969.

HOSKINS, Linus. Eurocentrism vs. Afrocentrism. A Geopolitical linkage analysis. In: **Journal of Black Studies**. v. 23, n. 2, 247-257, 1992.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR EDUCATION (IEE). **Atlas of Student Mobility**. 2005a.

_____. **Open Doors**. 2005b.

_____. **Open Doors**. 2006.

_____. **Report on International Educational Exchange**. 2006.

KNIGHT, Jane. **Internationalization of higher education practices and priorities: 2003 IAU Survey Report**. Paris: International Association of Universities, 2003. 26p.

KRITZ, Mary M. Globalisation and internalisation of tertiary education. In: **United Nations Secretariat. Population Division. Turim**. International Symposium on International Migration and Development. 2006. 52p.

LIMA, Manolita Correia. O sistema de educação superior francês: entre a internacionalização e a mundialização. In: **CONGRESSO DO INSTITUTO FRANCO-BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**. 4., 2007. Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: IFBAE, 2007.

_____. A educação superior frente aos desafios da globalização. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL**. 10., 2006. Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006a.

_____. A OMC e o mercado educacional: das razões para os interesses às eventuais consequências. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL**. 6., 2006. Blumenau. **Anais...** Blumenau: Universidade Regional, 2006b.

LUCAS, Luiz Carlos G.; Robert Leher. Aonde vai a educação pública brasileira?. In: **Educação e Sociedade**. v. 22, n. 77, p. 255-266., 2001.

MATELLART, Armand. **Comunicação-Mundo**. São Paulo: Vozes, 1994.

MERLIN, Pierre. **Géographie, économie et planification des Transports**. Paris: Presses Universitaires de France. 1991.

MICHALET, Charles-Albert. **O Capitalismo Mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença do Estados Unidos no Brasil**. Dois Séculos de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

NELSON, Richard. National Innovation Systems. **A Comparative Analysis**. New York: Oxford University Press. 1993.

O'BRIEN, Richard. **The End of Geography**. Washington, 1995.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Education at a Glance**. 2006a.

_____. **Higher Education: quality, equity and efficiency**. Background Report. Athens. 2006b.

ÖZDEN, Çaglar. Brain drain in Latin America. In: **United Nations Secretariat. Population Division**. UN/POP/EGM-MIG/2005/10. 2006. 17p.

PEIXOTO, João. The International mobility of highly skilled workers in transnational corporations: the macro and micro factors of the organizational migration of cadres. In: **International Migration Review**, v. 35, n. 4. p. 1030-1053, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro**. Brasília: ABMES. 2000.

SARAVIA, Nancy G. e Juan Francisco Miranda. Plumbing the Brain Drain. In: **Bulletin of the World Health Organization**, v. 82, n. 8, p. 608-615, 2004.

SAUVÉ, Pierre. Trade, education and the GATS: what's in, what's out, what's all the fuss about?. **Paper Prepared for the OECD/US Forum on Trade in Educational Services**. Washington. 23/24 May 2002. 30p.

SERVANT-SCHREIBER, Jean-Jacques. **O Desafio Americano**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura. 1967.

SCHUTZ, Theodore W. Investindo no Povo. **O Segredo Econômico da Qualidade da População**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A Nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 5-28, 2005.

SIQUEIRA, Ângela C. de. A Regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 26. p. 145-156, 2004.

SLAUGHTER, Sheila. Academic freedom and the State. Reflections on the uses of knowledge. In: **Journal of Higher Education**, v. 59, n. 3, p. 241-262, 1988.

TERRA. **Imigração gera o dinamismo do vale do silício**. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/capa/>>. Acesso em: 2 abr. 2007.

UNL. Universidade Nova de Lisboa. **Programa Erasmus/Sócrates**. 2007. Disponível em: <<http://www.unl.pt>>. Acesso em: 11 maio 2007.

VUILLET, M. Guillaume. **Comparaison Internationale des Politiques d'Accueil des Étudiants Étrangers: Quelles Finalités? Quels Moyennes?**. Paris: Conseil Économique et Social. 2005. 186 p.

WILLIAMSON, John. **A Economia Aberta e a Economia Mundial**. Um Texto de economia internacional. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Education Services, Background Note by the Secretariat S/C/W/49. 1998. 26p.